CRISE DO CAPITAL E RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL CONSERVADOR BRASILEIRO: tendência para um Estado de crises?

Ana Valéria Matias Cardoso[1]
Solange Maria Teixeira[2]

RESUMO

O propósito neste trabalho é repensar o processo de crise e reconfiguração do Estado Neoliberal conservador brasileiro, apontando para algumas das inúmeras contradições que envolvem o neoliberalismo, bem como este pode contribuir para um Estado de crises. São analisadas como questões basilares: a formação e o desenvolvimento econômico do Estado brasileiro a partir do século XX, bem como as oportunidades e riscos das configurações entre Estado, financeirização na reprodução e manifestação da/s crise/s na sociedade atual. Discute-se também sobre a tendência econômica neoliberal e a transfiguração deste em um projeto de crise do Estado Social Democrático. Sob essa configuração é preciso analisar que as crises não são imprevistas, mas essenciais para a trajetória evolutiva do sistema neoliberal. O capital não delibera sobre as crises, mas somente as ameniza.

Palavras-chave: Brasil. Crise do capital. Estado Neoliberal. Contemporaneidade

ABSTRACT

The purpose of this work is to rethink the process of crisis and reconfiguration of the Brazilian conservative Neoliberal State, pointing to some of the numerous contradictions that involve neoliberalism, as well as how it can contribute to a State of crisis. The following basic issues are analyzed: the formation and economic development of the Brazilian State from the 20th century onwards, as well as the opportunities and risks of the configurations between the State, financialization in the reproduction and manifestation of crises in actual society. It also discusses the neoliberal economic trend and its transfiguration into a crisis project for the Democratic Social State. Under this configuration, it is necessary to analyze that crises are not unforeseen, but essential for the evolutionary trajectory of the neoliberal system. Capital does not deliberate on crisis, but only mitigates them.

Keywords: Brazil. Capital crisis. Neoliberal State. Contemporaneity.

[1] Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Anavaleriamatcard2@gmail.com
[2] Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atuando na graduação em Serviço Social e na Pós-graduação em Políticas Públicas. Pós-Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo (PUC-SP). solangemteixeira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica e do capital permanente é percebida como consequência da incoerência do atual regime de acumulação, que na realidade, configura o caráter insustentável da estratégia neoliberal. Estado neoliberal que busca na dinâmica de altos rendimentos, na capacidade reduzida de governar a economia e de uma trajetória de acumulação decrescente, subtrair direitos e reconfigurar o Estado social. A gestação da crise estrutural do capitalismo é indissociável da agudização da crise financeira e da retração da produção, somada aos auxílios da expansão e desregulamentação da atividade financeira.

A percepção de que a racionalidade política neoliberal busca atingir os seus fins com crises não é novidade. Tal como cita Dardot e Laval (2016), a crise mundial de 2008 é a prova disso, que diante da explosão da dívida pública de alguns países europeus, somada às dos países em desenvolvimento, como o Brasil, vem provocando uma ampliação dos estragos causados pelo neoliberalismo, fomentando um documento político da crise, de maneira a contornar as resistências políticas e morais aos ajustes estruturais.

É necessário compreender que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia societária, mas um tipo de política econômica, que reconfigura o Estado para os tempos de crises, que transcende da lógica do capital a todas a relações sociais, políticas e estruturais da esfera da vida humana. Levando-se em consideração o exposto, o presente artigo tem como pressuposto problematizar teoricamente: como a ascensão da política econômica neoliberal conservadora, em sua escolha econômica, transfigura-se em um Estado de crises?

O propósito é analisar a temática do Estado e sociedade capitalista contemporânea no cenário de crises a partir de uma bibliografia contemporânea que permita uma reflexão sobre o arranjo singular que há entre as crises e a racionalidade política neoliberal no Brasil. A produção é resultado de uma pesquisa bibliográfica, orientada sob a abordagem dialética-marxista para compreender a conjuntura contemporânea brasileira.

Desse modo, objetiva-se: (i) analisar a formação e o desenvolvimento econômico do Estado brasileiro a partir do século XX; (ii) considerar as oportunidades e riscos das configurações entre Estado, financeirização na reprodução e manifestação da/s crise/s na sociedade atual; (iii) verificar a tendência econômica neoliberal e a transfiguração deste em um projeto de crise do Estado Social Democrático.

Avaliando a importância que esse debate adquire no transcurso do século XX, almeja-se apontar, de modo geral, como o Estado se reconfigura no período posterior à década de 1970, em um contexto conjuntural ainda de desenvolvimento tardio, culminando no desenvolvimento de um sistema financeiro que gera oportunidades econômicas, mas que gesta e agudiza crises - e veremos quais são elas -, para garantir o funcionamento do sistema do capital e para suavizar os períodos de crise e suas consequências, para atender amplamente e sem barreiras as necessidades reprodutivas do sistema do capital. Na parte final, expõem-se alguns resultados do uso das crises pelo neoliberalismo e as dificuldades que ele impõe à materialização do Estado Social Democrático.

Trata-se de um artigo que tem relevância científica, pela discussão atual das categorias abordadas, pretende-se contribuir com o debate buscando esclarecer sobre os determinantes da crise do capital a partir dos anos 1970; em quais bases assentam o neoliberalismo brasileiro e como as configurações do Estado neoliberal na contemporaneidade impacta na materialização do Estado social. Esses são os pressupostos que norteiam essa reflexão e que, nos seus limites essenciais, procura-se investigá-los sem que, de modo óbvio, tem-se qualquer anseio de esgotá-los.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DO SÉCULO XX

Com as transformações na economia mundial e o surgimento de novos interesses econômicos e financeiros, observou-se a necessidade de transformações econômicas, política, sociais e culturais. No final do século XIX, o Brasil encontrava-se em uma conjuntura de atraso socioeconômica, uma vez que se percebia uma

economia estancada, sendo necessária uma mudança estrutural em todo o sistema para que o país pudesse c capital e atrair investimentos (FURTADO, 1995), ou seja, as mudanças se faziam necessárias para que o país pudesse crescer e ampliar seu sistema produtivo.

O Brasil salta de um país economicamente agrário para um país em desenvolvimento industrial a partir de 1930. A política de atratividade do capital, permitiu trazer investimentos externos, inserir projetos de investimentos de grande porte oportunizando a industrialização do país. Por outro lado, para sustentar a máquina governamental em funcionamento, o governo recorre a empréstimos internacionais e acrescenta altas taxas progressivas à carga tributária. Esses gastos do governo têm como consequência um acréscimo na dívida externa e um processo de alta inflação.

Estudos realizados pela Cepal apontavam que o Brasil não possuía uma poupança interna, portanto, para alcançar o capital necessário para grandes investimentos seria imprescindível uma modificação comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos, assim, criam-se condições que faz com que esse capital seja bem-vindo no país, em especial, por meio de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais (MARTINS, 1990).

Com as mudanças na formação econômica do país, ressalta-se que na esfera ideológica, a doutrina neoliberal traz como proposta a desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e do trabalho. É a partir disto, que a esfera financeira gere as deliberações das empresas, com o apoio dos países centrais capitalistas, na medida em que os países periféricos são subordinados cada vez mais a estes, e têm dificuldade na sua capacidade de pagamento de investimentos e de empréstimos externos concentrados domesticamente. Acontece que os países periféricos se subordinam aos princípios dos países centrais, os quais determinam “a circulação do capital, sobretudo a partir das decisões das matrizes das empresas transnacionais” (SALVADOR, 2010, p. 105).

Carneiro (2012) mostra que, na segunda metade dos anos 2000, a retomada do crescimento com distribuição da renda no Brasil e também na América do Sul

cooperou para o ressurgimento de velhos paradigmas de políticas econômicas, depois de mais de duas décadas de hegemonia de políticas de inspiração liberal na região.

Carneiro (2012), ao discorrer sobre a análise do desenvolvimento econômico com base nos estudos da Cepal, menciona que há um desenvolvimento desigual das economias, ou seja, o seu acontecimento é determinado por situações históricas que continuamente vão juntando as nações à economia internacional, entretanto de maneira distinta e assimétrica, bem como ocorreu na formação e desenvolvimento da economia brasileira do século XX.

A desigualdade ou assimetria advém por conta das economias agrupadas de maneira retardatária e pela superexploração, característica da periferia. No caso do Brasil, a *priori*, formou-se uma relação com os países centrais constituído historicamente, do qual se irradia a dinâmica e ao qual são incorporadas de modo parcial, como fornecedores de matérias-primas e alimentos. Com a importação de produtos manufaturados e de alto valor tecnológico agregado. O Brasil, até os dias atuais, ao possuir uma economia periférica, mostra-se ainda voltado a uma demanda externa por bens primários e, em conjunturas de exceção à capacidade para importar, atendendo a uma demanda insatisfeita por importações.

Contemporaneamente, o país comunga com os preceitos da financerização, cujo padrão neoliberal é imperativo, diminuindo o setor industrial, mesmo considerando que este setor nunca constituiu um núcleo central tão relevante e autônomo, com padrão tecnológico, o que o torna dependente da trajetória da demanda e, mais ainda, da demanda externa na determinação da sua expansão, contrastando com o papel do progresso técnico e da oferta nos países centrais.

Por outro lado, nos anos 2000, no Brasil, observou-se a retomada do crescimento econômico acompanhando a melhoria da distribuição da renda, decorrentes não só de um contexto internacional agradável, todavia de outras práticas de política econômica com base no pensamento desenvolvimentista em alguns países como o Brasil.

Destarte, o Brasil contemporâneo, partindo da compreensão sobre o desenvolvimento econômico, de acordo com Carneiro (2012) pode ser estruturado em duas grandes vertentes: (i) o social-desenvolvimentismo e o (ii) novo-

desenvolvimentismo. Este último, procedente do PSDB e em setores do empresariado, enquanto o primeiro identifica-se mais com posturas partidárias e políticas práticas de governo, com enraizamento maior no PT e em seus governos.

O novo-desenvolvimentismo está embasado na postura da política macroeconômica consolidada em altas taxas de juros e valorização da moeda, bem como de sua incompatibilidade com o crescimento. Nesse modelo estrutural, o desenvolvimento econômico seria alcançado pela condução apropriada dos preços relativos (juros, câmbio e salários – por parte do Estado). O mercado se encarrega de gerir a financeirização e serviços, já o Estado teria uma participação direta nas atividades de maior risco ou densidade de capital, na gestão e no desenvolvimento da poupança compulsória (CARNEIRO, 2012).

Bresser-Pereira (2012) ao mensurar sobre a participação do Estado, na perspectiva do novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo, menciona que o papel deste deve superar o intervencionismo e promover através da mobilização da poupança e do investimento nos novos negócios - superando o investimento em setores pesados já ultrapassados -, como proposta para a política industrial ativa. A intervenção do Estado deve residir no caráter regulador, com a gestão macroeconômica mantendo o estabelecimento dos preços macroeconômicos (juros e câmbio).

Carneiro (2012), ao citar sobre o social-desenvolvimentismo, alude que as reflexões abrangendo esta vertente são ainda fragmentadas e com menor inclusão acadêmica, tendo implicado em grande medida em debates partidários e políticas de governo. O ponto crucial do social-desenvolvimentismo encontra-se na definição do social como eixo do desenvolvimento, ou seja, sugere-se uma modificação de prioridades relativamente ao velho e ao novo-desenvolvimentismo nos quais o desenvolvimento das forças produtivas era o principal objetivo a alcançar. A despeito de permanecer proeminente, esse objetivo ficaria dependente ou correlacionado à meta de desenvolvimento social, isto é, à direção e intensidade do primeiro estariam relacionados às prioridades do segundo.

Ao ancorar o desenvolvimento econômico do Brasil aos ditames do neoliberalismo, desde os anos de 1990, o novo desenvolvimentismo, gera um sistema

econômico desregulamentado e implanta o ideário de um projeto societário que favorece os países capitalistas, na sua busca do crescimento estável. Têm-se na reestruturação produtiva, na privatização acelerada, na redução das ações do Estado, nas políticas fiscais e monetárias combinadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, o desmonte da cidadania social e a construção utópica de uma sociedade livre de incertezas, crises e problemas sociais.

Caracteriza-se o período dito neoliberal como:

> A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime "fordista" de acumulação do capital. Esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornara o problema prioritário (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189).

O enfrentamento do Estado mediante as exigências da globalização capitalista, em conceder as responsabilidades e as decisões do mesmo para o mercado e para a iniciativa privada, faz a soberania e o desenvolvimento da ordem social no neoliberalismo dominante serem cercados de desregulamentação e de subtração de direitos sociais e manifestação de crises (sociais, políticas).

3 DA OPORTUNIDADE AOS RISCOS: tríade entre Estado, sistema financeiro e manifestação da/s crise/s

Distinta das crises das sociedades pré-capitalistas, que estavam voltadas à subprodução de valores de uso, as atuais crises capitalistas caracterizam-se como crises de superprodução, baixo consumo e redução das taxas de lucros. Como resposta a esta situação, foram implementadas, historicamente, políticas macroeconômicas com o escopo de diminuir os impactos da crise. Assim, o surgimento de estratégias amparadas na intervenção do Estado, no início do século XX, tinham como foco o consumo e a revitalização da economia.

Com as crises do final do século XX e início do século XXI, problematiza-se: o que elas nos revelam sobre a relação do Estado, financeirização do capital e desmonte do Estado social? Como a crise do sistema capitalista se enraíza? A estagnação econômica, instabilidade dos mercados financeiros, aberta especulação, descontrole monetário, recessão e aumento constante das taxas de desemprego estão sendo vistos como manifestações da crise estrutural?

Na apreciação de Salvador (2010), a crise não nasce da valorização de capitais, esta é resultado de um conjunto de elementos, não podendo ser comprimida a uma única causa como a superprodução ou subconsumo. As saídas das crises geraram um novo modelo de acumulação com maior exploração sobre a força de trabalho, com as novas técnicas produtivas de extração da mais-valia relativa, ampliou o desemprego e desregulamentou os mercados, constituindo uma ofensiva do capital com sérios riscos à proteção social e as garantias das conquistas sociais.

A nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, o que no campo ideológico significa que o velho liberalismo obtém uma “nova” roupagem. Segundo Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo é a nova razão do mundo, uma nova superestrutura deste modelo de acumulação, que ataca a democracia liberal e a social-democracia, com a desdemocratização, posto que oportuniza a formação de monopólios e oligopólios, estreita-se a pirâmide social, política, educacional e cultural.

Na perspectiva de Falleiros, Pronko e Oliveira (2010) a chamada neoliberalização ao ocasionar expressivas transformações na esfera econômica, sobretudo, quanto aos aspectos monetários e financeiros e na expansão da finança, afeta a economia mundial. Os autores citam que uma importante mudança e consequência dessa transformação se deu em relação ao mundo do trabalho, uma vez que aumentou o desemprego e adotou-se o processo de reestruturação produtiva, bem como o crescimento do trabalho precarizado, flexível, terceirizado.

Ao mostrar os desafios da retomada do desenvolvimento baseado no sistema financeiro, deixa-se claro as funções do Estado e as contrarreformas que terá que implementar:

> [...] o cenário econômico brasileiro, revelado nos indicadores socioeconômicos, indica que o país ainda tem inúmeros desafios para superar. A possibilidade de retomar o processo de crescimento econômico – necessário para manter o nível de emprego, reduzir a informalidade e as desigualdade sociais – diante desse contexto, vai exigir que a política econômica do país, em particular a fiscal, monetária e cambial, sofra ajustes importantes, e que sejam realizadas as reformas estruturais de que o país necessita, em especial, a tributária, a política e a refundação da administração pública, apoiada na competência e na ética (MATIAS-PEREIRA, 2015, p. 175).

Além disso, Harvey (2008) ao citar sobre o sistema financeiro, associa-o à restauração do poder das elites econômicas, ao aumento da concentração de renda e ao recrudescimento da desigualdade social, tendo como peças desse processo os organismos multilaterais, apregoando e inserindo o fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal. Desse modo, os países periféricos endividados, a exemplo do Brasil, foram induzidos a implementar reformas institucionais de ajuste estrutural, principalmente, direcionadas a abertura de suas economias, desregulamentação, privatizações, cortes nos gastos sociais, legislação empresarial trabalhista mais flexíveis, redução do Estado, dentre outras.

Neste cenário de desregulamentação no mundo produtivo e dos mercados financeiros, tem-se ao lado da reestruturação produtiva a financeirização do capital, e implanta-se o neoliberalismo, que com suas políticas e práticas eleva a produtividade do capital, e os superlucros, incluindo os das esferas financeiras e especulativas. As alterações no mundo do trabalho que decorrem destas práticas, são a intensificação da jornada de trabalho, a diminuição do número de trabalhadores na produção e crescimento de variados tipos de trabalho desregulamentados.

Desde 2008, a crise financeira global e os impasses do desenvolvimento nas economias centrais deram força, ao menos nos países periféricos, à busca e concretização de novos perfis de política econômica (CARNEIRO, 2012). Assim: quais são as forças impulsionadoras que estão por trás das estruturas da sociedade capitalista? Seria a produção e reprodução do capital e a dicotomia acumulação-exclusão, onde a polarização social se esclarece pela dinâmica interna do próprio desenvolvimento do capitalismo?

Acorda-se com Maranhão (2010), quando este cita que a nova fase de capitalismo predatório para permanecer acumulando capital fictício busca construir

continuadamente mecanismos de expansão financeira e de expropriação do trabalho e dos bens públicos. Posto que a hegemonia do capital financeiro ocasiona mudanças profundas e concretas não somente na base de lucro, mas também avanços tão violentos de expropriação, desvalorização e crise financeira submetida a uma consecutiva crise política e social.

O processo de acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital, que se compõe na própria essência do sistema capitalista, induz a uma crescente polarização. Observa-se que os problemas sociais são cada vez maiores: posto que de um lado insurge alarmantes contingentes de sujeitos pobres, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, o contraste entre o aumento da favelização e a riqueza de grandes mansões. Ou seja, formam-se dois extremos: polos de riqueza, centralizados em poucas mãos e, ao mesmo tempo, enormes polos de pobreza.

Convém ressaltar que o modelo hegemônico neoliberal busca atender aos interesses da classe dominante globalizada. O modelo neoliberal traça como principais objetivos a redução do poder do Estado, privatizações, abertura às importações, endividamento externo, políticas fiscais favoráveis às multinacionais, aumento do desemprego, redução de salários, redução de gastos sociais, fragmentação dos sindicatos e restrição das garantias trabalhistas. As empresas globalizadas pressionam o Estado no sentido da flexibilização para elevar ao máximo seus lucros e competitividade. Neste contexto, as consequências mais imediatas são taxas de exploração da força de trabalho, desigualdades sociais e econômicas cada vez maiores, precarização das relações políticas, sociais, culturais e democráticas (DARDOT; LAVAL, 2016).

Logo, a principal contradição visível reside entre a crescente acumulação de riquezas e o empobrecimento cada vez maior de grande parte da população. A incongruência entre progresso e deterioração, entre inserção e exclusão, está cada vez mais presente nos dias atuais.

Diante de todo o exposto, observa-se que a polarização e o aprofundamento das desigualdades sociais não podem coexistir com a democracia, com o Estado neoliberal e a financeirização do capital. O risco de propagação de regimes

autoritários e o avanço da exclusão social é uma possibilidade real. O poder do Estado torna-se ameaçado, como resultado do domínio do grande capital internacionalizado e das investidas da ideologia e da prática neoliberal.

4 TENDÊNCIA ECONÔMICA NEOLIBERAL E A TRANSFIGURAÇÃO DE UM PROJETO DE CRISE DO ESTADO SOCIAL DEMOCRÁTICO

O neoliberalismo surge como uma resposta econômica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, busca executar propostas de diminuição de gastos sociais, para conservar a liberdade e equilibrar as necessidades sociais e a economia, de modo a assegurar o pleno funcionamento do sistema capitalista. Para Salvador (2010) a crise estabelecida na atual conjuntura se manifesta em conjunto com a reação do capital contra o Estado Social e Democrático, além disso prejudica o pacto de anos de crescimento econômico e social, com estabelecimento do pleno emprego e da construção do arranjo da social-democracia e das políticas públicas.

O Estado associado à tendência econômica neoliberal direciona suas ações para beneficiar os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio, utilizando o monopólio dos meios de violência para resguardar essas. Inúmeros setores que eram regulados pelo Estado, são desregulados e passam à iniciativa privada. Além desses fatores, outro aspecto que merece ser levantado é o estímulo à competição (seja entre indivíduos, empresas ou territórios), o que é considerado como benefício primordial. Por conta disso, o sistema econômico neoliberal mensura que ações e o próprio bem-estar são responsabilidades individuais, em que sucesso e fracasso individuais são compreendidos como falhas pessoais (HARVEY, 2008).

Interessante citar que os defensores dos princípios neoliberais resguardam e valorizam a desigualdade econômica de renda, no sentido de esta ser funcional à sociedade “livre”, mas a dos mercados. Isso, porque sob o esteio do capital, as desigualdades incitam a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites do poder econômico, ademais beneficia os altos índices de produtividade do capitalismo, consequentemente, gerando riqueza

exponencial em ritmo célere, ao que parece torna-se superior a qualquer outro modo de produção.

Destaca-se que a democracia no capitalismo sempre foi limitada, incompleta, mas na atual etapa da acumulação, pós três décadas de reformas neoliberais, favoreceu o conservadorismo e ainda mais limitações na democracia.

> Segundo o critério igualdade política, aquilo que se costuma chamar, de modo variado, de democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foi uma democracia plena, e quaisquer que sejam suas disposições democráticas, elas vêm sendo constantemente enfraquecidas nas últimas décadas. De fato, como seria possível garantir a igualdade política em grandes Estados-nação com economias capitalistas? Sheldon Wolin afirma que cultivar a democracia em tais circunstâncias implica uma demanda específica ao Estado, a saber, a de que ele aja deliberadamente para reduzir as desigualdades de poder entre os cidadãos. Só então é possível se aproximar da igualdade política; só então a vida política poderia servir ao todo, ao invés da elite (BROWN, 2019, p. 34-35).

O neoliberalismo implementa o projeto de crise do Estado social democrático, como nova estratégia hegemônica, uma vez que provoca a redução de políticas sociais e públicas, enquanto aumenta as desigualdades sociais, ao promover novas formas de flexibilização, medidas que aderem a superexploração do trabalho como um todo. É importante compreender que a conjuntura de implementação das medidas neoliberais está fincada no todo da reestruturação produtiva do capital, e diante disso as desregulamentações das políticas sociais e das relações sociais, tornam-se essenciais para o novo modelo de acumulação.

O projeto de crise do Estado social democrático atual brasileiro ganhou espaço a partir das vitórias eleitorais de candidatos das alas conservadoras, que favorecem a burguesia rentista, antidemocrática, antissociais, consolidado nos pleitos eleitorais com a participação dos trabalhadores e da classe média, que corroboraram com seus votos o consubstanciamento do projeto neoliberal. Dentro dessa conjuntura, o uso de métodos coercitivos de repressão passa a ser utilizado como uma estratégia do projeto neoliberal, seja para desmobilização da classe trabalhadora, como também para criminalização da pobreza e dos movimentos sociais (CASTELO, 2011).

Sob essa perspectiva, Behring e Boschetti (2008) afirmam que na política neoliberal a estabilidade monetária só será garantida mediante a contenção dos

gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, acompanhada de reformas fiscais. Além do corte nos gastos sociais, executa-se um extenso programa de privatização de setores importantes do Estado. As políticas sociais perdem o seu caráter universalista e seguem na direção de sua restrição, seletividade e focalização.

Observa-se o alargamento da flexibilização e fragilização das condições sociais, políticas, trabalhistas e econômicas, acrescenta-se a isso a redução dos direitos, o incentivo à terceirização entre outras medidas regressivas que advêm deste projeto societário burguês. O posicionamento do Estado neoliberal manifesta a fragilização das condições de reprodução da classe empobrecida, em que as políticas e serviços sociais de cunho universal perdem espaço, face aos focalizados e residuais, bem como repassa as responsabilidades por parte do Estado para a esfera privada e para organizações da sociedade civil.

Sinteticamente, para a implementação do novo projeto societário, a ideologia dominante buscou ocupar um lugar relevante na reprodução do sistema. Houve a necessidade de uma ampla disseminação dos postulados e práticas neoliberais, que de um lado, amplia as possibilidades de crise e se alimenta delas. Por outro lado, as contradições do sistema, que se manifestam por meio de crises e crescentes disparidades sociais, permitem a emergência de discursos e projetos alternativos conservadores. Entretanto, a visão homogeneizante da economia neoliberal não pode esconder a realidade heterogênea e variada dos inúmeros interesses de classes e grupos que compõem a nossa sociedade e a reprodução e ampliação das desigualdades sociais.

O receituário neoliberal manifesta o cruel enfraquecimento do poder do Estado em nível interno e internacional, gera desemprego crescente, com o consequente arrefecimento do poder reivindicativo das massas populares, mas, também a novas etapas de concentração de capital e ampla hegemonia do capital financeiro em detrimento dos setores produtivos. Embora possua diversos acordos entre empresas e países, vivencia-se, nos últimos anos, um acirramento da concorrência internacional e dos conflitos dominantes, uma vez que a fusão das empresas multinacionais em conglomerados e a criação dos blocos regionais atuam como paliativos.

5 CONCLUSÃO

Ao observar a natureza assumida do Estado, e sua funcionalidade ao capital fictício, no sistema produtivo capitalista, em seu atual estágio, mostra que o sistema econômico neoliberal, ao promover a transação entre os circuitos de valorização e os fluxos internos de capitais coopera para ampliar as bases do capital; contudo, dadas as limitações de tais aplicações e investimentos e as próprias contradições do capital fictício, observa-se que crises econômicas, políticas, culturais e sociais são recorrentes, assentando esse modo de produção inerentemente desigual, nas crises.

A reorganização do Estado neoliberal brasileiro, estrutura-se dentro de uma lógica na qual o sistema financeiro adveio como fator primordial para o desenvolvimento do capital no país. Todavia, como vimos, o desenvolvimento financeiro, ao mesmo tempo em que fornece condições para o aumento do capital, até para superar limites que decorrem do próprio, também alude que suas crises se tornem mais agressivas e até globais, incitando a garantia e busca do lucro e valorização do capital, sem que uma maior prudência em relação aos riscos crescentes fosse tomada.

Desse modo, os novos nichos de acumulação ocasionam a superexploração, acumulação por espoliação, cujas expropriações contemporâneas são a expressão material e, sobretudo, política, do processo de usurpação do fundo público, além de incidir em conquistas civilizatórias e democráticas, precarização do trabalho, ampliação do desgaste físico do trabalhador e o seu empobrecimento, acesso reduzido quanto ao atendimento das necessidades sociais deste, face às necessidades de reprodução social, material, cultural, política, do capital, tornando inviáveis os avanços civilizatórios no capitalismo do século XXI.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008, 5. Ed. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELORME PRADO, Luiz Carlos (Org.); D'AGUIAR, Rosa Freire (Ed.). **Desenvolvimento econômico e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. p. 37-65.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012. Acesso em: 12.jun. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/4rHXySRJzqQCxR5sv5d67QK/?lang=pt&format=pdf.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALLEIROS, Ilaê; PRONKO, Marcela A. e OLIVEIRA, Maria T. Cavalcanti. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ed Cabral, 1990.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.